



Página 06 e 07

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA ORGANIZAÇÃO

Tribunal de Contas aprova o Programa de Logística Sustentável, criado objetivando consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade

**GOVERNADORA
ELEITA VISITA O
TCE**

Página 03

**IRB CRIA COMITÊ
TÉCNICO DE
AUDITORIA**

Página 05

**CAPACITAÇÃO
SOBRE O eSOCIAL**

Página 08

**REFERENCIA EM
TRANSPARÊNCIA
DE PROCESSOS**

Página 10



tce_rn



tcedorn



tce.rngov.br

MEDALHA

Reconhecer o mérito de pessoas que ao longo da sua existência e atuação profissional ofereceram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações no campo cultural, político, administrativo e técnico-científico. Este o objetivo da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, concedida em solenidade realizada dia 07 de dezembro no plenário do TCE.

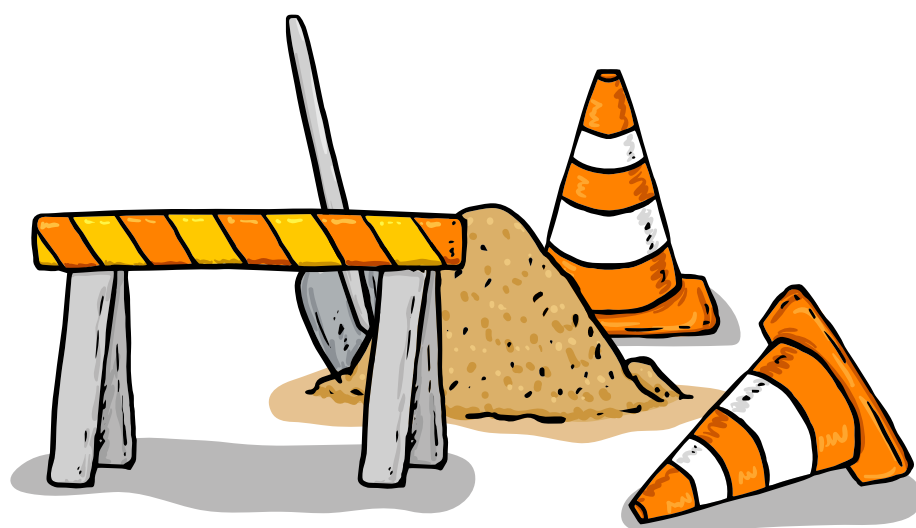
Este ano foram agraciadas as seguintes personalidades: Albert Dickson de Lima; Anne Emilia Costa Carvalho; Antônio Gentil de Souza; Carlos Roberto Galvão Barros; Casa Durval Paiva; Estefânia Ferreira de Souza Viveiros; Glauber Antônio Nunes Rêgo; José Cortez Pereira de Araújo (in memoriam); José Rêgo Junior; Luciana Ribeiro Campos e Sebastião Carlos Ranna de Macedo.

PARCERIA

O Tribunal de Contas e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/RN) assinaram convênio de cooperação visando à disponibilização de informações relevantes para a atividade de fiscalização das obras públicas. Serão disponibilizados dados como a regularidade da empresa perante o CREA, assim como o registro dos profissionais responsáveis pela obra, entre outros demonstrativos que comprovam a legalidade do contrato e serviço executado. Também foi acordado o propósito de se realizar eventos em parceria, tendo como participantes representantes do Governo do Estado e das prefeituras do Rio Grande do Norte.

ENCONTRO

Organizado pela Atricon e pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), o VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC) teve como tema “O Futuro dos Tribunais de Contas, a inovação, integração, prevenção e eficiência”. Realizado de 28 a 30 de novembro, no Centro de Convenções de Florianópolis (CentroSul), teve como conferência de abertura “O momento político brasileiro e os órgãos de fiscalização”, apresentada pelo jornalista Ricardo Noblat.



OBRAS INACABADAS

Os tribunais de contas do Brasil, sob a coordenação do TCU, vão fazer um diagnóstico das obras inacabadas no País, sobretudo aquelas que se enquadram nas políticas descentralizadas – áreas de educação, segurança, saúde e infraestrutura.



ESPORTE

Os Jogos Olímpicos dos Tribunais de Contas do Mercosul, realizada no ExpoGramado, teve um grande vencedor da corte de contas potiguar: o técnico de controle externo Lucarine Francisco da Silva ficou em segundo lugar na modalidade corrida, perdendo para um atleta do Chile. Ou seja, foi o melhor do Brasil.

Em tempo: No próximo ano, as Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Brasil serão realizadas no Amazonas.

GOVERNADORA ELEITA VISITA O TCE

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), conselheiro Gilberto Jales, recebeu em audiência a governadora eleita do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, acompanhada de membros da equipe de transição do Governo. “A conversa com o TCE é necessária diante da situação que passa o nosso Estado. Trata-se de um órgão que pode nos ajudar muito, inclusive com sugestões, para que possamos corrigir possíveis falhas”, relatou a futura governadora.

Foi mais do que uma simples visita de cortesia. A governadora Fátima Bezerra apresentou membros da equipe de transição e falou das dificuldades que vão enfrentar, sobretudo com as questões fiscal e orçamentária. Ela estava acompanhada dos técnicos Adriano Gadelha, André Castro, Carlos Eduardo, Roberto Sérgio Linhares, Arméli Brennand e o deputado estadual Fernando Mineiro.

Fátima explicou que a equipe de transição vem trabalhando em três frentes, divididas nos temas “Gestão Fiscal e Orçamento”, “Desenvolvimento Econômico” e “Serviços Públicos e Políticas Sociais”. Informou que foi iniciada a conversa com o atual governador, Robinson Faria, que se colocou a disposição para contribuir com o processo e que, paralelamente, a equipe estava iniciando diálogos com organizações como o TCE, por exemplo. De antemão, disse que tratará com prioridade questões relativas à

segurança, saúde e educação, e que já vem ouvindo grupos de especialistas nestas áreas desde a campanha.

Acompanhado dos conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves e Renato Costa Dias, da conselheira Adélia Sales, do procurador eleito para mais um mandato à frente do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres, além de diretores e coordenadores do TCE, o presidente Gilberto Jales explicou que o Tribunal de Contas sempre procurou, em sua especificidade, colaborar com o desenvolvimento do Estado. “Nossos técnicos atuam na frieza dos números, de acordo com a Lei. O órgão parte de dados concretos, observando a legalidade e a legitimidade, divulgando todos os dados para a sociedade”, disse.

A governadora Fátima Bezerra apresentou membros da equipe de transição e falou das dificuldades que vão enfrentar, sobretudo com relação as questões fiscal e orçamentária

O presidente do TCE entregou à futura governadora uma série de relatórios de auditorias em áreas como segurança, saúde, educação e outros. “Tenho certeza que o Governo do Estado, em seu dinamismo, não teria condições de desenvolver estes estudos que muito podem contribuir, pois

além de achados, apresentam sugestões de solução”, disse, lembrando que a equipe é enxuta, mas muito profissional, competente, com atuação reconhecida entre as cortes de contas de todo o País. “O tribunal atual com um olhar de fora”, destacou.

Jales citou vários exemplos de atuação do TCE nas contas públicas, resultando em prevenção de prejuízos para o Estado, tais como no caso do fundo previdenciário e no processo do estádio Arena das Dunas. Informou que a Corte de Contas conta com uma equipe especializada em auditoria de convênios internacionais e vem investindo em inteligência e tecnologia de informação, além da capacitação permanente dos servidores e jurisdicionados. “Contamos com o menor percentual de receita entre os tribunais de contas do país, mas nossa atuação é profissional. Somos respeitados pela qualidade dos dados que apresentamos a sociedade”, destacou.

No final da reunião, a governadora eleita pediu apoio do presidente do TCE no diálogo com os demais poderes acerca das discussões orçamentárias. Gilberto Jales se colocou à disposição e relatou as contribuições do TCE diante da crise econômica dos últimos anos. “Há quatro anos que o nosso orçamento está congelado. O Tribunal vem dando sua parcela de contribuição para o equilíbrio financeiro do Estado e está sempre aberto ao diálogo”.



Fátima Bezerra, governadora eleita, faz primeira visita ao TCE

FOCO NAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



Proposta foi compartilhar e difundir boas práticas na área de aquisições governamentais

“No Rio Grande do Norte, assim como em todo o país, o maior comprador é o setor público. E uma questão que preocupa a todos é a segurança jurídica”, disse o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura da primeira edição do evento “Governança e Gestão das Contratações Públicas – Encontro com o Controle Externo”, realizado pelo TCE em parceria com o TCU, com objetivo de discutir e disseminar boas práticas de governança das aquisições e contratações públicas, bem como compartilhar experiências e informações entre os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

“Todos os jurisdicionados querem fazer bem feito, de forma legal e correta. No caso específico das micro, pequenas e médias empresas, além de tudo exercem o papel de fomentadores da economia local, ou seja, contribuem com o desenvolvimento”, acrescentou. O encontro reuniu representantes de municípios de todo o Estado, além de servidores que atuam na área de compras e aquisições do governo, nas suas mais diversas esferas.

“Em períodos de crise, quem segura a economia são as micro e pequenas empresas”, enfatizou o diretor-superintendente do Sebrae/RN, José Ferreira de Melo Neto, informando que no Estado estão registradas 66.425 microempresas e 93.298 microempreendedores individuais, o que representam 1,2% do país. “As pesquisas apontam que as pequenas empresas com até quatro funcionários são as que seguram este país”, ressaltou, lembrando que

a maioria atua no comércio varejista, como lojas de confecções, cabeleireiros, manicure e pedicure, lanchonetes e bares, entre outros. “Estes empreendimentos geram empregos, movimentam a economia, num período de desemprego crescente”, concluiu.

Na palestra de abertura, a secretária de Controle Externo do TCE, Anne Emília Costa Carvalho, falou sobre o “Licita Fácil”, projeto que tem como proposta apoiar as micro e pequenas empresas, possibilitando um tratamento diferenciado, reconhecendo neste segmento um grande potencial de geração de emprego e renda e, consequentemente, o desenvolvimento local. “A nova regulamentação, entre as quais a Lei Complementar 147/2014, contribui para o aumento na participação das MPes nos processos licitatórios”, ressaltou, citando pesquisas neste sentido, “mas ainda se observa muita dificuldade com relação à informação”.

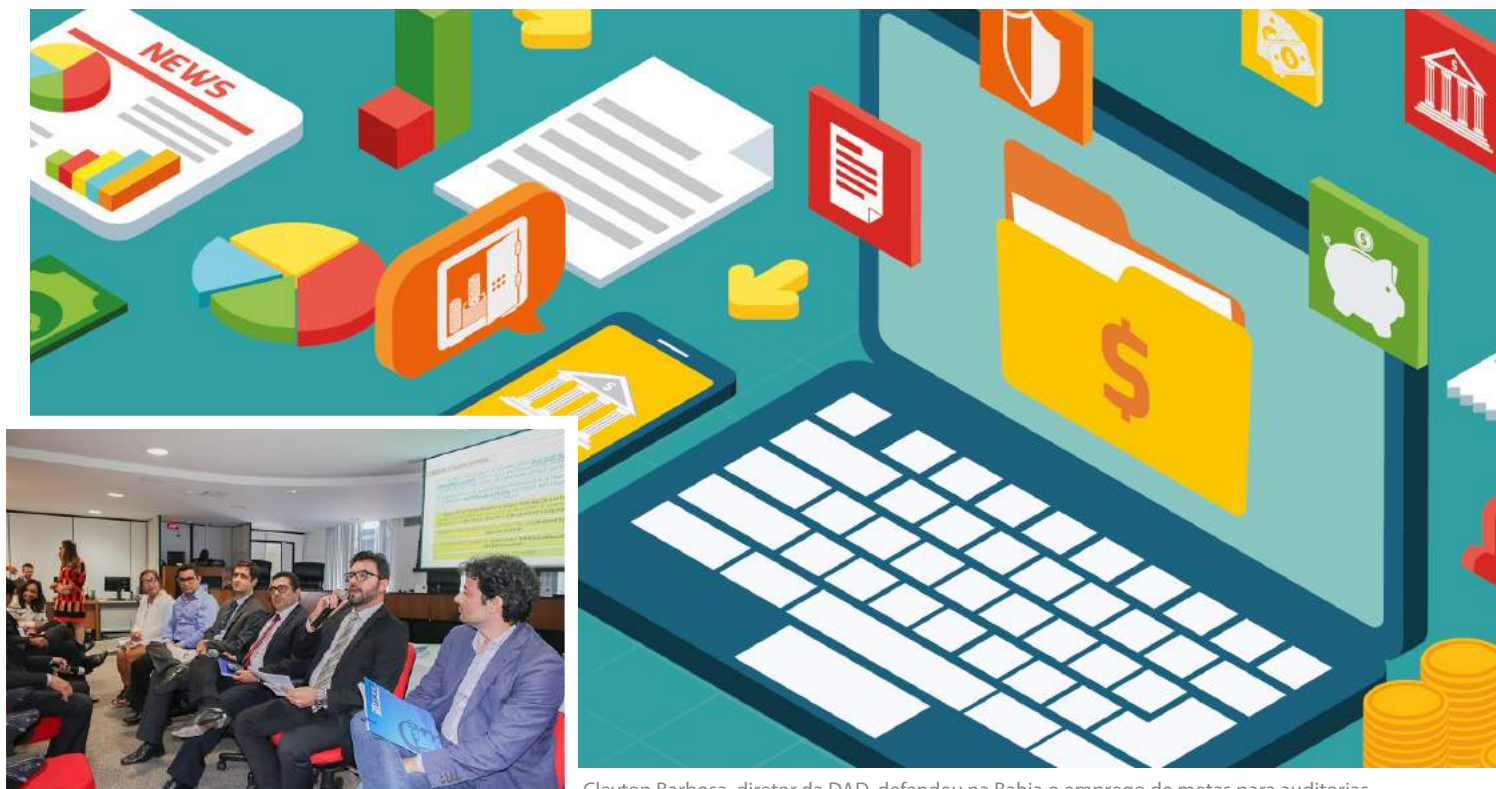
Para Anne Carvalho, este é o grande desafio que se apresenta: como garantir que as empresas tenham mais acesso à informação, para que possam participar mais? A materialização do “Licita Fácil” se deu, entre outras ações, com a sistematização de um portal na internet disseminando informações como o quadro de licitações na esfera pública. Hoje, relatou, existem 363 empresas cadastradas, número considerado pequeno. Em 2017, foram registradas 10.222 licitações, mobilizando R\$ 5,5 bilhões. Este ano, até junho, foram registradas 7.422 licitações, movimentando

R\$ 5 bilhões. Ou seja, ainda há muito a crescer. No estado, 60% dos municípios regulamentaram a Lei Geral, abrindo espaço para o crescimento do setor.

O evento também abordou os seguintes temas: “Estratégia de Controle Externo das Contratações”; “iGovAquisições: presente, passado e futuro” e “Gestão de Riscos nas Contratações” e “Plano Anual de Contratações”.

Além do presidente Gilberto Jales, participaram da abertura do encontro o diretor da Escola de Contas do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves; o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho; a secretária de Controle Externo do TCU/RN, Vanessa Lopes de Lima; o auditor de controle externo do TCU, Ítalo Pinheiro de Albuquerque; o secretário de controle externo de aquisições logísticas/TCU, Frederico Goepfert, e o superintendente do Sebrae, José Ferreira Melo.

“Em períodos de crise, quem segura a economia são as micro e pequenas empresas. Estes empreendimentos geram empregos, movimentam a economia, num período de desemprego crescente”



Cleyton Barbosa, diretor da DAD, defendeu na Bahia o emprego de metas para auditorias

IRB CRIA COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA

O Fórum Nacional de Auditoria, realizado no último dia 5 de novembro em Salvador, foi marcado pela convergência para que as normas internacionais possam ser aplicadas em todos os Tribunais de Contas do país. “Esse evento nos traz uma condição de integrar os organismos internacionais, debatermos, e termos credibilidade para os outros Tribunais no sentido de trabalharmos em conjunto”, afirmou o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Ivan Lelis Bonilha.

Com um total de 97 inscritos, a primeira edição do Fórum Nacional de Auditoria contou com a participação de representantes dos estados de Acre, Alagoas, Bahia (TC’s do estado e do Município), Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. O presidente do TCE/BA, conselheiro Gildásio Penedo Filho, salientou a importância da implementação das Normas de Auditoria para o trabalho dos Tribunais de Contas. “O efetivo controle só se alcança com trabalho em conjunto”, ressaltou.

O corregedor do TCE/BA e vice-presidente de Auditoria do IRB, conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, destacou o papel do TCE/BA no segmento de auditoria, lembrando que a Corte de Contas da Bahia foi o primeiro Tribunal de Contas do País a ser

credenciado para auditar contratos firmados pelo Banco Mundial, e ressaltou a importância das normas técnicas, como as NBASP, observando que “Não se pode falar em auditoria de caráter técnico sem que se esteja baseado em normas técnicas”. Na ocasião, o IRB criou o Comitê Técnico de Auditoria, que ficará sob sua coordenação do referido conselheiro-corregedor.

Para Inaldo, implementar uma realidade internacional ao cenário brasileiro exige adaptações, mudanças estas que podem ser feitas por técnicos capacitados das Cortes de Contas, responsáveis para trazerem ao mundo auditorial brasileiro o que há de melhor nas práticas internacionais. Profundo conhecedor das normas de auditoria, tendo participado da elaboração das Normas de Auditoria Governamental, Inaldo Araújo concluiu: “Para atingir a melhoria do Brasil, é necessário que o controle seja melhorado, e isso só ocorrerá com o conjunto do normativo, com o referencial teórico que diga aos nossos auditores qual a melhor forma de atuar e de agir”.

O debate profícuo sobre o dia a dia do trabalho de auditoria no Sistema Tribunais de Contas, além de seus entraves e desafios, marcou também os trabalhos. Ao debaterem sobre o tema “A aplicação da ISSAI 100 no dia a dia das fiscalizações: do planejamento

ao relatório das auditorias”, representantes de seis Tribunais de Contas da região Nordeste relataram suas experiências e percepções.

Representante do TCE/RN, o diretor de Administração Direta, Cleiton Barbosa, lembrou que “o trabalho de auditoria de qualquer Tribunal tem muito a ver com confiança. A confiança que a sociedade deposita na gestão do recurso público que é desenvolvida por entidades, instituições. Então temos de trabalhar sempre com a perspectiva de empregar metas nesses trabalhos e conseguir mais resultados com o número reduzido de fiscalizações que podemos realizar. O plexo de atribuições dos Tribunais de Contas é bastante extenso e por isso temos de ser objetivos, assertivos nas fiscalizações. Encontrar os pontos mais críticos de forma a exponenciar os resultados alcançados. No âmbito do governo do estado do Rio Grande do Norte, realizamos um trabalho de acompanhamento da gestão fiscal e execução orçamentária do governo. Atuamos neste ponto porque a questão fiscal permeia todas as outras funções do estado: educação, saúde, segurança. Sem orçamento, com déficit de despesas, não se consegue realizar as políticas públicas. Temos de atuar onde há maior vulnerabilidade”.



TCE APROVA PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Aprovado à unanimidade em sessão do Pleno

“Suprir as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as necessidades de seu tempo”. Esta máxima associada ao desenvolvimento sustentável, extraída do relatório “O Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, passou a ser uma preocupação incorporada ao cotidiano do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), sobretudo em decorrência do Plano de Logística Sustentável - PLS, aprovado à unanimidade dos conselheiros na sessão do Pleno de terça-feira, 20 de novembro.

“As organizações públicas têm um papel fundamental e uma contribuição significativa a dar, por serem criadoras e operadoras de processos de produção e consumo, que demandam muitos recursos e, em geral, causam grande impacto no meio ambiente”, justificou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na ordem administrativa da sessão. O PSL está associado às ações de cidadania, caracterizado como um instrumento de planejamento que define ações, metas, prazos de execução e formas de avaliação e monitoramento, permitindo à Instituição desenvolver

uma consciência ambiental, social e economicamente sustentável.

O documento trata de questões aparentemente simples, como o consumo de água e energia elétrica, até o uso de veículos e a capacitação dos servidores para o trabalho de forma sustentável. O tema Responsabilidade Socioambiental foi regulamentado na Corte de Contas pela Resolução nº 014/2017-TCE/RN que instituiu o Programa de Gestão Ambiental e de Responsabilidade Social. A partir daí, buscando contribuir de uma maneira mais eficiente para uma transformação na cultura institucional, iniciou a elaboração e execução do PLS.

O Programa de Logística Sustentável do TCE foi criado objetivando consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade. Tem como objetivos específicos: 1. Promover a gestão eficiente e eficaz dos recursos ambientais e econômicos; 2. Incluir critérios de sustentabilidade, sempre que possível, em suas aquisições e contratações; 3. Adaptar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais; 4. Estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos

ou à destinação ambientalmente correta; 5. Promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho; 6. Capacitar o corpo funcional e sensibilizar a força de trabalho auxiliar para conscientização da necessidade de adoção de hábitos voltados ao bem estar social e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 7. Aprimorar a comunicação institucional, interna e externa, sobre as medidas socioambientais adotadas pelo TCE/RN.

A Comissão Gestora do PLS TCE-RN (Portaria nº 235/2018-GP/TCE) é integrada pela seguinte equipe: Presidente e representante das Ações Socioambientais, Marília do Socorro da Cunha Lima; representantes do Controle Externo, José Monteiro Coelho Filho; do Planejamento e Gestão Estratégica, César Gláucio Torquato Reginaldo; do Patrimônio e Logística, Taise Forte Dos Santos; do Orçamento e Finanças, Anderson Brenno da Silva Monteiro; da Engenharia, Flavio Grande Ramalho; da Tecnologia da Informação, José Alex de Sousa; da Escola de Contas, Ruth Lopes Rocha Diniz Nunes; além do pessoal de apoio: Amanda Brito Bezerra Andrade e Raiana de Freitas Paludo.

NOVO ESPAÇO PARA A BIBLIOTECA E INAUGURAÇÃO DA SALA VERDE



TCE ganha espaço para difundir informações com foco no meio ambiente

O Dia do Servidor foi celebrado, no Tribunal de Contas do Estado, com a inauguração do novo espaço da biblioteca, o lançamento da Sala Verde, palestra educativa com o tema “Livro e Leitura na Perspectiva da Sociedade Contemporânea”, a cargo da doutora em Ciência da Informação e professora da UFRN, Gabrielle Francinne, apresentações culturais e sorteio de brindes. “Estas ações são simbólicas. Trata-se de um esforço contínuo buscando dotar nossos servidores das melhores condições de trabalho possível”, enfatizou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales.

O primeiro evento foi a reinauguração da biblioteca Ministro Tavares de Lyra, espaço que deverá concentrar toda legislação pertinente ao Estado e aos municípios do Rio Grande do Norte. A proposta é disponibilizar informação, atuando com transparência, inclusive disseminando conteúdo num portal de dados abertos. “Estamos trabalhando isso com o Instituto Metrópole Digital”, informou o presidente do TCE. Na ocasião, o servidor da Biblioteca, Lineu Chaves, fez um agradecimento especial a professora Marlúcia Saldanha, coordenadora da Escola de Contas, pelo trabalho em prol do fortalecimento do espaço da biblioteca.

Em seguida, no hall de entrada, foi inaugurada a Sala Verde, espaço certificado pelo Ministério do Meio Ambiente, com objetivo de difundir informações com foco no meio ambiente. Coordenadora do projeto “Ser

TCE”, a servidora Marília Cunha Lima aproveitou para destacar o serviço público como uma função que precisa ser exercida com “ética, compromisso e responsabilidade”. “Para ser servidor público é preciso ter vocação, vemos a causa de servidor a sociedade”, destacou o conselheiro Gilberto Jales, lembrando que precisa prestar contas a sociedade e tem que se renovar, “a população exige isso”.

A programação teve prosseguimento com a homenagem aos servidores do TCE, de uma forma diferenciada e carinhosamente surpreendente, no auditório da Corte de Contas. À começar pela apresentação de técnicas do CAS - Centro de Atendimento à Pessoa com Surdez, com a recitação do poema “Rosa de Hiroxima” de Vinicius de Moraes, em libras, com a participação de uma intérprete. As comemorações no dia em que também é celebrado o dia nacional do livro, seguiu com a palestra “o livro e a leitura na perspectiva da sociedade contemporânea” proferida pela professora de biblioteconomia da UFRN, Gabrielle Francinne de Souza carvalho Tanus. Durante a exposição do tema a professora falou sobre o livro, suas transformações e desconstruções ao longo do tempo e também sobre como a tecnologia proporcionou diferentes suportes e formatos para a leitura.

O evento foi encerrado com apresentação do coral Canto de Contas, sob a regência de Fábio Cruz.

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) assinou o termo de adesão a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementar práticas de sustentabilidade. Depois de atender a todo o protocolo, a coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade do TCE, Marília do Socorro Cunha Lima, participou do Curso de Sustentabilidade, realizado na Corte de Contas da Paraíba, momento em que foi formalizada a adesão. Na ocasião, a consultora do MMA, Maria do Carmo, apresentou a sacola sustentável, distribuída a todos os servidores do TCE/RN, como exemplo de uma boa prática realizada na área pública.

O Programa A3P se destina aos órgãos públicos com dupla motivação: 1) Adotar uma agenda ambiental, buscando usar de forma racional os recursos naturais; e 2) Implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta. São trabalhados seis eixos: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos.

A implantação da Agenda Ambiental na Administração pública demanda comprometimento institucional, coletivo e individual. O processo é realizado em quatro passos:

1. Formação de uma Comissão Gestora;
2. Elaboração de diagnóstico institucional;
3. Construção do Plano de Gestão Socioambiental (PGS);
4. Mobilização e sensibilização dos gestores e servidores;
5. Avaliação e monitoramento.

O Núcleo de Sustentabilidade do TCE potiguar vem realizando várias ações em sintonia com a agenda ambiental, tais com o a viabilização da feira de produtos orgânicos, realizada toda sexta-feira no hall de entrada do tribunal. Em seguida foi feita a distribuição das sacolas sustentáveis. Logo após, como forma de reduzir o consumo de copo plástico, os servidores foram contemplados com canecas. Ainda foi realizada parceria com uma cooperativa de catadores de lixo, para aproveitamento dos resíduos e, por último, inaugurada a Sala Verde, espaço com material pedagógico onde os interessados podem aprender mais sobre os desafios ambientais da modernidade e o que podemos fazer para preservar o futuro.

CAPACITAÇÃO SOBRE O eSOCIAL REÚNE MAIS DE 500 PARTICIPANTES NO CEMURE



Representantes de todos os municípios do RN participaram do evento

Dentro de poucos meses a carteira de trabalho, como a conhecemos hoje, deixará de existir. Será substituída por uma plataforma digital, alimentada por gestores em todo o País, concentrando os dados de mais de 50 milhões de trabalhadores, mobilizando mais de 8 milhões de empresas, mais de 6 mil unidades governamentais, mais de 80 mil escritórios de contabilidade e mais de meio milhão de empresas de Tecnologia de Informação (TI). “O eSocial é obrigatório e já é realidade”, relatou a coordenadora-geral de Estruturação de Informações Previdenciárias, Laura Schwerz, no Workshop “eSocial para Órgãos Públicos”, realizado no auditório do Centro Municipal de Referência em Educação (Cemure), na Cidade da Esperança, em Natal.

Realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, através da Escola de Contas, em parceria com a Secretaria da Previdência, o workshop contou com mais de 550 inscrições, o que demonstra o interesse pelo tema. “Nos deixa orgulhoso ver um auditório cheio. Mostra que nosso trabalho está dando resultados. E esta é uma ação de cidadania, pois a implantação do eSocial vai permitir ao trabalhador a garantia dos seus direitos”, enfatizou o conselheiro Paulo Roberto, diretor da Escola de Contas, na abertura do Evento.

A mesa dos trabalhos foi composta ainda pela Secretaria municipal de Educação, Justina Iva, pelo presidente da Federação dos Municípios (Femurn), José Leonardo Cassimiro; pelo secretário de administração geral do TCE, Ricardo Câmara e pelos palestrantes Laura Schwerz e Thomas Gomes Costa.

“O eSocial não é um bicho de sete cabeças e já é realidade para os empregados domésticos e empresas privadas com movimentação até R\$ 78 milhões. Agora chegou a vez do serviço público”, explicou Laura, lembrando que a obrigatoriedade da implantação do novo sistema no serviço público foi adiada de 2019 para 2020, “mas a Receita Federal já avisou que não haverá mais prorrogação”. O novo sistema vai unificar e padronizar a prestação das informações referentes as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em apenas uma obrigação. O sistema estabelece a forma com que passam a ser prestadas as informações trabalhistas.

Hoje, explicou o palestrante, as instituições públicas enviam, repetidas vezes, informações que chegam desconstruídas para os diferentes órgãos do governo. A proposta do eSocial é aprimorar a qualidade da informação; racionalizar e simplificar o cumprimento das obrigações; eliminar a redundância das informações prestadas pelos órgãos públicos. Os resultados esperados: Direitos garantidos, processos simplificados, informações consistentes.

A partir da vigência do eSocial, todos os empregadores, incluindo a administração pública direta e indireta do poder público federal, estadual e municipal estão obrigados a prestar informações ao governo pelo novo sistema e, para que seja cumprida essa obrigação, todos aqueles que estão obrigados deverão ajustar os seus procedimentos e sistemas informatizados aos padrões estabelecidos pelo eSocial, a fim de que relatórios com os dados exigidos pelo governo federal

possam ser enviados à União periodicamente. Quem não se adequar e, conseqüentemente, não cumprir as determinações na forma ou prazo devidos, poderão sofrer sanções como multas ou proibição na realização de convênios, como disposto na Legislação.

Além da conceituação, Laura e Thomas Costa se dividiram em explicar, passo a passo, a arquitetura do sistema e como os gestores municipais devem executar o software. “A gente entende a necessidade desse agrupamento de informações, mas ainda estamos muito perdidos”, disse a secretaria adjunta de administração da prefeitura de São Paulo do Potengi, Carmina Gomes de Freitas. “Vim para aprender, buscando melhorar o nosso trabalho. Tentar fazer a coisa correta”, ressaltou.

Por meio do eSocial, os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, informações relativas ao:

GFIP Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social

CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

LRE Livro de Registro de Empregados;

CAT Comunicação de Acidente de Trabalho

CD Comunicação de Dispensa

CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social

PPP Perfil Profissiográfico Previdenciário

DIRF Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte

DCTF Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

QHT Quadro de Horário de Trabalho

MANAD Manual Normativo de Arquivos Digitais

Folha de pagamento

GRF Guia de Recolhimento do FGTS

GPS Guia da Previdência Social



Sexta de Contas debate importância do desenvolvimento de um sistema de jurisprudência para os TCs

CONSOLIDAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Antecipando uma discussão que deverá ser feita em todo o País no próximo ano, capitaneada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), a Ouvidoria do realizou mais uma edição do projeto Sexta de Contas, debatendo o tema “O Sistema de Jurisprudência dos Tribunais de Contas”, com palestras realizadas pelo presidente do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) e do Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo do IRB, conselheiro Manoel Pires dos Santos, e pela assessora de Normas e Jurisprudência do TCE/TO, Khenia Rúbia Franco Nunes.

“Trata-se de um debate que precisamos realizar. As discussões são muitas e ainda não temos um esboço definitivo, concreto, com relação à jurisprudência”, relatou o palestrante, lembrando que, a partir da vigência do novo Código Civil, muitas regras precisam ser alinhadas, compactuadas e disseminadas, visando um entendimento e tomada de decisões pacificadas nos tribunais. “Isso colabora no fortalecimento das instituições, fazendo com que a administração pública siga os ditames da Lei”.

Os palestrantes enfatizaram a importância do desenvolvimento de um sistema de jurisprudência que auxilie tanto o controle externo, exercido pelos tribunais, como para toda a população. Trata-se da compactuação das decisões, através do acompanhamento permanente dos processos, o que facilita no entendimento. Para o presidente do TCE de Tocantins, trata-se de algo que precisa ser conhecido e difundido, inclusive com uma linguagem simplificada, de forma que todos cidadãos tenham acesso a este conhecimento.

A assessora do TCE, Khenia Rúbia, falou sobre o trabalho que vem sendo executado no Tribunal de Tocantins, inclusive buscando uma participação efetiva da sociedade, possibilitando uma aproximação do tribunal com a população, o que é feito com a disseminação de conteúdos em reuniões com a participação de representantes de municípios de todo o estado.

“Quanto mais houver um entendimento pacificado sobre as decisões processuais, melhor será para os advogados, jurisdicionados e também a população”,

justificou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacando que é preciso ter “segurança jurídica”. Coordenadora da comissão de jurisprudência do TCE/RN, a conselheira substituta, Ana Paula de Oliveira Gomes, enfatizou a importância da cooperação processual. “Eventos como este facilitam muito o ideal da transparência”, disse.

O conselheiro Ouvidor, Renato Costa Dias, informou que o projeto Sexta de Contas tem como público-alvo os servidores do TCE, gestores públicos e sociedade em geral. Realizada em parceria com a Escola de Contas, tem o objetivo de possibilitar o debate de temas significativos para a sociedade, disseminando conhecimento e estimulando o controle social.

“Quanto mais houver um entendimento pacificado sobre as decisões processuais, melhor será para os advogados, jurisdicionados e também a população”

REFERÊNCIA EM TRANSPARÊNCIA DE PROCESSOS

O Tribunal de Contas do Estado apresentou, durante o 1º Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo, realizado em Cuiabá-MT, a Transparência Ativa de Processos, mecanismo que contempla a disponibilização na internet da íntegra dos autos eletrônicos dos processos no âmbito da Corte de Contas potiguar, desde a sua autuação, para consulta pública e irrestrita, ressalvados os casos onde há determinação de sigilo.

A prática foi apresentada pelo auditor de Controle Externo do TCE-RN, Marcelo Araújo, dentro do Painel Transparência e Controle Social, no auditório da Escola Superior de Contas do TCE/MT. Ele fez um relato histórico do processo de conversão de processos, desde 2011, quando as primeiras intervenções na área de tecnologia foram iniciadas, até o momento em que, por meio de decisão administrativa, o Tribunal resolveu liberar a consulta a todos os processos em seu portal.

“É uma iniciativa do TCE para tornar acessível de forma ampla os seus processos”, resumiu Araújo, ressaltando que, além de cumprir a legislação, a disponibilização na íntegra dos autos eletrônicos dos processos do está alinhado aos objetivos estratégicos de fortalecer o processo de accountability e a responsabilização da gestão pública e incentivar o controle social, buscando cumprir o dever de fornecer acesso às informações públicas de forma transparente e ativa, ou seja, sem a necessidade de a instituição ser provocada para que a informação esteja acessível, independentemente da fase processual em que se encontra.

O auditor apontou que a funcionalidade de Transparência Ativa de Processos foi a página mais acessada no Portal do TCE-RN, no ano de 2018, com 62.362 acessos à consulta



Marcelo Araújo, auditor de Controle Externo, apresentou experiência de transparência realizada pelo TCE/RN

simples e 33.318 acessos à consulta avançada. Outro resultado foi que o número de pessoas que circulam nas dependências do prédio sede do TCE/RN, em busca de informações processuais, é reduzido na medida em que o quantitativo de processos físicos em tramitação diminui. A imprensa passou a ter acesso com maior agilidade e transparência para divulgação das ações e atividades do Controle Externo, facilitando a apuração e checagem de informações públicas.

O 1º Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), TCE-MT e a Associação

dos Ministros e Conselheiros Substitutos, realizada em Cuiabá. É um evento inédito no âmbito dos Tribunais de Contas e reuniu mais de 150 representantes de 30 TCs brasileiros. Na programação, houve a apresentação de 67 experiências consolidadas. Essas “boas práticas” têm consonância com o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, com parâmetro no Marco de Medição de Desempenho. Isso significa que têm resultados efetivos, sobretudo, nas temáticas relacionadas às atividades de auditoria, fiscalização, estímulo à transparência e ao controle social e melhoria da gestão interna das Cortes.



Para ler a cartilha do projeto Rotas para Ouvir, acesse:



FALE COM A OUVIDORIA DO TCE/RN

0800-281-1935
ouvidoria@tce.rn.gov.br



Parceria do TCE, Marcco e várias organizações debatem estratégias de combate à corrupção

CONHECIMENTO COMO FORMA DE FORTALECER O CONTROLE SOCIAL

Aproximar a administração pública de segmentos da sociedade, representada por conselhos setoriais que precisam de apoio para a fiscalização dos recursos públicos. O que era um desejo antigo do Marcco (Movimento Articulado de Combate à Corrupção), no dizer do seu coordenador, o conselheiro substituto Antônio Ed, foi realizado na manhã do dia 19 de novembro, com a execução do evento “Educação para a cidadania”, promovido em parceria com o Tribunal de Contas, CGU, MPRN, UFRN e Observatório Social do Brasil. A mesma programação será realizada em Caicó, nos dias 22 e 23 de novembro próximos.

Direcionado para agentes públicos municipais de Natal e região metropolitana, conselhos municipais do Fundeb, de alimentação escolar, saúde, assistência social, lideranças da sociedade civil, o encontro busca fortalecer o controle social, exercido pela sociedade civil organizada. “Só conseguiremos mudar de fato se conseguirmos unir administração pública e sociedade, daí teremos melhores resultados”, disse Ed, na abertura do encontro, sendo complementado pelo presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, que enfatizou: “O controle social da administração pública deve ser exercido de forma preventiva. Nenhuma ação é mais preventiva do que a educação. Estes momentos de formação são fundamentais e precisam ser ampliados para escolas, conselhos e outros espaços”, disse.

Exemplo do que pode ser feito foi dado pelo conselheiro ouvidor do TCE, Renato Costa Dias, na apresentação do projeto “Rota para Ouvir”, que tem como proposta colaborar na formação e desenvolvimento das ouvidorias municipais. Segundo o coordenador da ouvidoria, Gudson Barba-

lho, poucos municípios contam com este tipo de estrutura, o que foi comprovado em pesquisa realizada pelo setor. “A ouvidoria municipal é uma forma de aprimorar a gestão pública”, destacou.

A programação contou com palestras abordando temas como “Terceirização e Corrupção”, ministrada pela procuradora regional do trabalho, Ileana Neiva Mousinho, que fez uma crítica consistente da “reforma trabalhista” em pauta, seguida pela apresentação do trabalho realizado pelo Observatório Social do Brasil, a cargo da professora e auditora geral da UFRN, Halcima Melo Batista. A organização busca, entre outras ações, monitorar as licitações públicas, prevenindo irregularidades.

O superintendente da Controladoria Geral da União (CGU), Marcelo Borges de Sousa, falou sobre o “CGU no combate à corrupção”; o promotor de justiça do Ministério Público, Rafael Galvão, abordou o tema “O papel do MP no controle dos gastos públicos e a inter-relação com a sociedade”; Adauto José de Carvalho, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, apresentou o tema “Reforma Solidária Tributária” e Antônio Ed abordou a questão da “Transparência, controle social e prevenção da corrupção”.

O encontro contou com a presença dos conselheiros vice-presidente do TCE, Tarcísio Costa e presidente da 2ª Câmara de Contas, Francisco Potiguar, além do procurador do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres. A programação foi finalizada com debate entre os presentes.

MEMÓRIA DO TCE



CONSULTORIA JURÍDICA

Entre as ações do então presidente do TCE Nélio Dias, destaca-se a criação da Consultoria Jurídica, tema que foi abordado em entrevista na edição de dezembro de 1995 do TCE em Pauta.

“Remetemos à Assembléia legislativa um projeto para a criação da Consultoria. Aquela Casa aprovou através do projeto de lei nº 6762, de 12 de abril de 1995, que definiu o papel da Consultoria Técnico-Jurídico do TCE, com sanção do governador. Vinculada à presidência desta Casa, ela presta assessoria técnica superior aos relatores, suas câmaras e a própria presidência. A intenção é cada vez mais aperfeiçoar o aspecto técnico-jurídico dos conselheiros”



ANIVERSÁRIO

Os 40 anos do Tribunal de Contas foi tema de página dupla da edição de novembro/dezembro de 1997 do TCE em pauta. A data foi marcada pela realização de um culto ecumênico celebrado pelo padre José Mario e pelo pastor Gerson da Rocha, da Igreja Presbiteriana. Após o ato religioso, houve uma apresentação especial do Quarteto de Cordas da UFRN. A festa foi encerrada com lanche ao som do tradicional “Parabéns pra você”.

-A proposta de criação do TCE partiu do governador Dinarte Mariz, que encaminhou Projeto de Lei em 20 de novembro de 1957 à Assembléia Legislativa. Aprovado, transformou-se na Lei de nº 2.152. Sua instalação, no entanto, só veio a ocorrer em 12 de janeiro de 1961, no governo de Aluizio Alves.





Além de disseminar informação, projeto quer uma maior aproximação com as universidades

OUVIDORIA APRESENTA O TCE A UNIVERSITÁRIOS DE NATAL E MOSSORÓ

Em sua quarta edição, o projeto “Conhecer”, executado pela Ouvidoria do Tribunal de Contas, recebeu universitários do curso de Direito da faculdade Mauricio de Nassau, de Natal, e das turmas de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Diocesana, de Mossoró, que assistiram à palestra: “O Tribunal de Contas como instrumento da cidadania e as estratégias da boa governança”, ministrada pelo presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales.

O presidente do TCE destacou, em sua palestra, aspectos históricos do TCE, da ideia inicial concebida por Rui Barbosa até a Constituição de 1988, com a ampliação das suas competências, focando em aspectos como a análise das contas do governo, observando o cumprimento da legislação pertinente, até as contas de gestão, em que são vistas a legalidade da despesa pública.

Gilberto Jales deu uma verdadeira aula sobre o orçamento público, mostrando a importância deste conhecimento para que se possa exercer o controle social. Defendeu o conhecimento de peças de planejamento como o PPA - Plano Plurianual, que apresenta os objetivos e metas da política de governo para os próximos quatro anos; a Lei

de Diretrizes Orçamentária – LDO e o Orçamento Anual, como fundamentais para o exercício da cidadania.

No seu discurso, o conselheiro ouvidor, Renato Dias, relatou que além de proporcionar um maior conhecimento sobre o papel e a atuação do Tribunal de Contas, a proposta do projeto é promover uma aproximação com as universidades, mostrando as atividades do controle externo na prevenção e defesa do erário.



HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos



1ª CÂMARA
quintas-feiras | 9h

2ª CÂMARA
terças-feiras | 9h

PLENO
terças e quintas | 10h30min

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antonio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Tarcísio Costa
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS -
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO OUVIDOR
Renato Costa Dias
CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTORA JURÍDICA
Andréa da Silveira Lima Rodrigues
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
PROCURADOR-GERAL
Ricart César Coelho dos Santos
PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social
Viktor Vidal
Editor
Eugênio Parcelle da Silva
Reportagem
Isaac Lira de Almeida
Fernanda Santos
Produção
Fátima Moraes
Projeto Gráfico e Diagramação
Fernando de Souza Silva
Maria Gabrielle Figueirêdo Xavier
Fotografias
Jorge Filho
Ilustrações
br.freepik

Impressão: Tavares & Tavares Emp. Comerciais
Tiragem 600 exemplares

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360

84 3642 7278

tce.rn.gov.br

ascomtce@tce.rn.gov.br

tcedorn

tce_rn